

23.0.000088862-1

**7.3. Extrato Extrato Nº 246/2023 - Homologação do Pregão Eletrônico nº 45/2023****Ref. Processo SEI nº 23.0.000027037-7****Ato: Homologação/Procedimento Licitatório****Pregão Eletrônico Nº 45/2023 (Doc. SEI 4531192)**

**OBJETO:** Formação de Registro de Preços para eventual aquisição de **GARRAFAS TÉRMICAS SQUEEZES E XÍCARAS DE LOUÇAS**, visando atender às necessidades do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, para ser fornecido de forma parcelada, conforme solicitações, durante a validade da Ata de Registro de Preços, de acordo com as especificações, condições e quantidades estimadas, descritas no Termo de Referência Nº 93/2023 e seus Anexos.

**RESULTADO/BENEFICIÁRIA(S):**

- **ITEM 01** - GARRAFA ISOTÉRMICA Capacidade de mínima: 500ml Mantém:- 12 Horas gelado;- 12 horas quente. Características mínimas:- cores variadas- Em aço inox;- Corpo com parede dupla e isolamento a vácuo;- Parte externa não sua;- Com bico;- Capacidade mínima: 500ml;- Peso: 277g;- Portátil e não vazaa;- argola para segurar;- Garantia de fabrica: conforme Código de Defesa do Consumido: Adjudicado e Homologado para **SOLUCCI DISTRIBUIDORA & SERVICOS LTDA**, CNPJ 28.742.388/0001-15, melhor lance unitário no valor de R\$ 50,50 (cinquenta reais e cinquenta centavos) para um total a ser registrado de 4.000 unidades, totalizando R\$ 202.000,00 (duzentos e dois mil reais).

- **ITEM 02** - Xícara Material: Porcelana , Capacidade: 200 ML, Cor: Branca , Tipo: Chá , Características Adicionais: Lisa: Adjudicado e Homologado para **FARED COMERCIAL LTDA**, CNPJ 07.259.386/0001-08, melhor lance unitário no valor de R\$ 7,80 (sete reais e oitenta centavos) para um total a ser registrado de 4.000 unidades, totalizando R\$ 31.200,00 (trinta e um mil e duzentos reais).

**DATA DA ASSINATURA:**

Às 15:21 horas do dia 10 de August do ano de 2023, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, HENRIQUE LUIZ DA SILVA NETO, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 23.0.000027037-7, Pregão nº 45/2023.

Documento assinado eletronicamente por **Washington Luiz Ribeiro Campos Neto, Agente de Contratação**, em 15/08/2023, às 15:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **4606205** e o código CRC **DC57E5DD**.

**8. ESCOLA JUDICIÁRIA DO PIAUÍ****8.1. Edital Nº 218/2023 - PJPI/EJUD-PI**

O Diretor Geral da Escola Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, "Des. Lucrécio Dantas Avelino"- EJUD/TJPI, em parceria com o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - NUPEMEC/TJPI e

CONSIDERANDO o disposto no Código de Processo Civil, que prevê a utilização prioritária da conciliação, da mediação e de outros métodos de solução consensual dos conflitos nos âmbitos pré-processual e judicial;

CONSIDERANDO o necessário cumprimento ao disposto na Resolução CNJ - Conselho Nacional de Justiça Nº. 125/2010;

CONSIDERANDO a Resolução TJPI Nº 32/2010, que dispõe sobre a Política Estadual de tratamento adequado dos conflitos de interesse no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 9/2018 ENFAM - Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados;

CONSIDERANDO o Provimento Conjunto nº 14/2019, do Tribunal de Justiça do Piauí, que dispõe sobre a realização das Audiências de Conciliação e de Mediação no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Piauí;

CONSIDERANDO o Regulamento CNJ/2020, das Ações de Capacitação e do Banco de Dados da Política de Tratamento Adequado de Conflitos;

FAZ SABER que será realizada 01 (uma) Turma do **CURSO DE CAPACITAÇÃO DE MEDIADORES E CONCILIADORES JUDICIAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**, na comarca de Parnaíba/PI, que se regerá de acordo com as instruções constantes deste Edital.

**DAS VAGAS**

Art. 1º. Serão ofertadas 32 (trinte e duas) vagas, realizando-se ainda o Cadastro de Reserva (CR) de 5 (cinco) candidatos, seguindo a ordem de classificação, para eventuais substituições aos participantes inscritos e faltosos:

§1º As vagas serão preenchidas conforme a classificação após **análise de documentação, entrevista e perfil dos candidatos**, preferencialmente para servidores do TJPI. Será formado um Cadastro de Reserva após as análises e aprovações das regras do edital, quanto aos critérios de inscrições;

§2º No caso de não preenchimento de todas as vagas da turma, serão convocados os candidatos, na ordem de inclusão no Cadastro de Reserva, de modo a preencher as vagas remanescentes;

§3º Os candidatos que forem classificados no cadastro de reserva deverão estarem presentes no início do curso para eventual convocação ao preenchimentos das vagas remanescentes.

**DO PÚBLICO ALVO**

Art. 2º. Poderão inscrever-se no curso os interessados em atuar nas sessões de Mediação e Conciliação Judiciais, conforme segue:

I - público interno: servidores e auxiliares da justiça dos quadros do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, desde que ainda não tenham recebido treinamento para exercício da função de Mediador Judicial e seja portador de Diploma de Curso Superior, há pelo menos, 2 (dois) anos e para exercício da função de Conciliador Judiciais, seja portador de diploma de graduação ou declaração de matrícula, no 3o ano ou 5o semestre, em curso de ensino superior de instituição reconhecido pelo Ministério da Educação;

II - público externo: portador de Diploma de Curso Superior, há pelo menos, 2 (dois) anos, desde que ainda não tenha recebido treinamento para exercício da função de Mediador Judicial. E para exercício da função de Conciliador Judiciais, seja portador de diploma de graduação ou declaração de matrícula, no 3o ano ou 5o semestre, em curso de ensino superior de instituição reconhecido pelo Ministério da Educação.

**DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO NO CURSO**

Art. 3º. Para participar do curso destinado à formação de Mediadores Judiciais, os interessados deverão preencher os seguintes requisitos para a inscrição:

I - ter idade mínima de 21 anos (vinte e um) anos;

II - apresentar diploma de curso de ensino superior concluído há pelo menos 2 (dois) anos, nos termos do art. 11 da Lei n. 13.140/2015 e do Anexo I da Resolução CNJ n. 125/2010;

III - estar no gozo dos direitos políticos, nos termos do art. 14, § 1º, da Constituição Federal;

IV - comprovar o cumprimento das obrigações eleitorais;

V - possuir noções básicas de informática e digitação;

VI - aceitar as regras deste edital, bem como dispor de tempo para a prática do estágio supervisionado, sendo exigido o cumprimento de, em

média, de 5 (cinco) horas mensais, no CEJUSC;

VII - prestar serviço voluntário ao Tribunal de Justiça do Estado por, no mínimo, 1(um) ano, com 16 (dezesesseis) horas mensais na solução de conflitos, sem quaisquer ônus para a Administração Pública, após a conclusão e certificação do curso;

VIII - obter, por escrito, anuência do superior hierárquico, **antes do início do curso**, para comparecer ao **Módulo Teórico** e para cumprir o **Estágio Supervisionado**, com o cumprimento, em média, de 5 (cinco) horas mensais, no CEJUSC (para o público interno e externo, neste caso, se atuar como servidor público);

IX - obter anuência do superior hierárquico, por escrito, antes do início do curso, para prestar serviço ao Tribunal de Justiça do Estado do Piauí por, no mínimo, um ano, com 16 (dezesesseis) horas mensais na solução de conflitos, sem quaisquer ônus para a Administração Pública, após a conclusão e certificação do curso (**para o público interno**).

Parágrafo único. Para participar de curso destinado à formação exclusiva de Conciliadores Judiciais, os interessados deverão preencher os seguintes requisitos para a inscrição: apresentar diploma de graduação ou declaração de matrícula, no 3º ano ou 5º semestre, em curso de ensino superior de instituição reconhecido pelo Ministério da Educação.

## DAS INSCRIÇÕES

Art. 4º. As inscrições serão realizadas eletronicamente no endereço <http://www.tjpi.jus.br/sysejud/> no **período de 24 a 31 agosto de 2023, no horário: 0h do dia 23 de agosto de 2023 até às 23h59min do dia 31 de agosto de 2023.**

I - No ato da inscrição, o candidato deverá preencher e inserir (em formato PDF - arquivo único) na plataforma de inscrições "Sysejud" toda a documentação abaixo, na **ordem elencada**:

- Ficha de Inscrição (preenchimento legível, preferencialmente em computador) (ANEXO I);
- Formulário de Avaliação Diagnóstica (ANEXO II);
- Declaração de preenchimento de todos os requisitos para inscrição e participação do curso, conforme previsto neste Edital (ANEXO III);
- Termo de Adesão e Compromisso (ANEXO IV);
- Termo de Anuência do superior hierárquico, para o caso de público interno do TJPI(servidores e auxiliares da justiça) (ANEXO V);
- Declaração de Autenticidade dos documentos encaminhados (ANEXO VI);
- Cópia autenticada do RG e do CPF;
- Cartão de Vacina contra COVID-19 extraído do site do Ministério da Saúde (Portaria TJPI Nº 1425/2021, Art. 1º, § 2º);
- Certidão Negativa da Justiça Eleitoral;
- Cópia autenticada do comprovante atual de residência (datado de, no máximo, três meses atrás);
- Cópia autenticada do Diploma de Graduação em nível superior, reconhecido pelo MEC;
- Certidões de antecedentes criminais 1º grau (Justiças Estadual, Federal e Militar);
- Declaração de Ciência de Prazo do Estágio Supervisionado (ANEXO VII);

II - A constatação de eventual irregularidade no conteúdo das certidões e demais documentos poderá obstar a participação do inscrito no curso de capacitação, caso não apresentada a correspondente justificativa;

III - A não apresentação de todos os documentos exigidos neste edital ensejará o indeferimento automático da inscrição, sendo vedada a apresentação em data posterior ao período de inscrição;

IV - Todos os documentos devem ser apresentados no formato PDF;

V - Os documentos exigidos neste edital **não serão** recebidos presencialmente na EJUD/TJPI;

VI - no caso de impossibilidade de autenticação, o cursista deverá apresentar o documento declaratório de autenticidade e documento original no 1º dia de aula, para conferência e autenticação pela equipe de suporte da EJUD/TJPI (itens **g**; **j**; **k**).

VII - Caso haja algum imprevisto no envio da documentação, o candidato deve informar imediatamente à equipe de suporte da EJUD/TJPI.

## DA SELEÇÃO

Art. 5º. A seleção observará o critério da análise de documentação, entrevista e perfil dos candidatos que tenha apresentado todos os documentos exigidos por este edital, preferencialmente para servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.

I - a relação dos inscritos selecionados para participar da entrevista, será publicada no Diário de Justiça do Estado do Piauí e nos sites da EJUD - Escola Judiciária do Piauí e do TJPI - Tribunal de Justiça do Estado do Piauí no dia 06 de setembro de 2023;

II - o endereço do local onde irá acontecer a entrevista dos candidatos será informado no ato da divulgação da lista dos classificados;

III - as entrevistas com os candidatos selecionados para a segunda fase serão realizadas nos dias 12 e 13 de setembro de 2023;

IV - a relação dos inscritos selecionados e aprovados para participar do curso de Mediação/Conciliação Judicial, será publicada no Diário de Justiça do Estado do Piauí e nos sites da EJUD - Escola Judiciária do Piauí e do TJPI - Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, no dia 20 de setembro de 2023;

V - aos participantes selecionados e integrantes do TJPI, após a anuência do superior hierárquico, terá até 05 (Cinco) dias úteis para solicitação de diárias em formulário eletrônico, **isso quando o servidor for convocado pela Administração**, conforme dispõe o §2º do Provimento Conjunto nº 21/2019 e Art. 6º, II, Provimento Conjunto nº 21;

VI - todas as etapas deste cursos será disposto em Cronograma de Execução a ser disponibilizado no ANEXO VIII deste Edital.

## DO CURSO

Art. 6º. O curso será realizado, **exclusivamente**, na modalidade presencial.

Art. 7º. O curso terá carga horária total de 100 (cem) horas-aula, subdividida em duas etapas: **Módulo Teórico**, com carga horária de 40 (quarenta) horas-aula, e **Módulo Prático** (Estágio Supervisionado), com carga horária de 60 (sessenta) horas-aula, sendo realizada avaliação formativa individual em ambos os módulos.

I - o conteúdo programático do Módulo Teórico será aquele constante do Anexo I da Resolução n. 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e será ministrado por meio de aulas expositivas e dinâmicas de grupo;

II - o Módulo Teórico do curso será realizado pela Escola Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí - EJUD/TJPI, no Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania - **CEJUSC da Comarca de de Parnaíba-PI**, situado na Avenida Getúlio Vargas, n 735, centro, CEP 64200-200, Parnaíba/PI, nas seguintes datas e horários: **de 25 a 29 de setembro de 2023**, das 8h às 18h, com intervalo para almoço;

III - o Módulo Teórico será ministrado em co-docência por professores convidados dentre instrutores e instrutoras em formação com cadastro vigente no Cadastro Nacional de Instrutores da Justiça Consensual Brasileira (CIJUC) do ConciliaJud;

IV - concluído o Módulo Teórico, a EJUD/TJPI atestará a conclusão com êxito deste módulo pelo cursista no ConciliaJud;

V - atestada a conclusão do Módulo Teórico, mediante Declaração e Certidão pelo NUPEMEC, o cursista será qualificado, conforme o caso, como "mediador e/ou conciliador judicial em formação", e, após concluir o preenchimento do Formulário de Avaliação de Desempenho dos instrutores e instrutoras em formação, terá acesso à Certidão de Conclusão do Módulo Teórico, por meio do ConciliaJud, e estará habilitado para iniciar o Módulo Prático.

Art. 8º. A participação no Módulo Prático/Estágio Supervisionado será autorizada somente para os participantes que:

I - comparecerem a 100% (cem por cento) das aulas teóricas, com frequência auferida digitalmente;

II - apresentarem Relatório Final à Escola Judiciária do Piauí e;

III - tiverem seu aproveitamento reconhecido na Etapa Teórica mediante relatório do instrutor responsável.

§ 1º Cumpridos os requisitos dos incisos antecedentes, será emitido pela plataforma ConciliaJud o Certificado de Conclusão do Módulo Teórico.

§ 2º A participação no Estágio Supervisionado é obrigatória e compreende a realização de Conciliações e Mediações completas em situações reais, mediante supervisão do instrutor.

§ 3º O Estágio Supervisionado deverá ser realizado no prazo de 08 (oito) meses a contar da data de conclusão do Módulo Teórico, havendo a



possibilidade de prorrogação pelo período de 04 (quatro) meses, preferencialmente nos Centros Judiciários de Soluções de Conflitos e Cidadania (CEJUSCS).

§ 4º Após o recebimento do Certificado de conclusão do Módulo Teórico, o aluno deve agendar junto ao CEJUSC da sua comarca, ou junto a outra unidade judiciária para a qual tenha sido o aluno autorizado pela Coordenação do curso, no mínimo, uma sessão de Conciliação/Mediação por semana, ao longo do prazo definido para a finalização do Módulo Prático, a fim de evitar o acúmulo de marcações no final do período, sob pena de não cumprimento do módulo.

§ 5º O Estágio Supervisionado será realizado em três etapas, nas quais o participante atuará como:

I - observador;

II - co-conciliador / co-mediador e;

III - conciliador e mediador, devendo ainda:

a) realizar 18 (dezoito) sessões válidas (audiências completas, sejam frutíferas ou não), sendo 06 (seis) observações, 06 (seis) co-mediações e 06 (seis) mediações;

b) apresentar aos seus instrutores os 18 (dezoito) relatórios do trabalho realizado/da experiência vivida, correspondentes às atas de audiências, no formato PDF, iniciando sempre pelas observações e passando para a etapa seguinte apenas após a autorização do seu instrutor;

c) as fases de co-mediação e mediação, solicitar o preenchimento de formulário de sua avaliação pelas partes e advogados com quem fizer as sessões;

d) registrar frequência/comparecimento no CEJUSC.

§ 6º Concluído o Estágio Supervisionado, o aluno será avaliado pelo(a) instrutor(a), mediante atribuição de nota que varia de 1 a 10 para cada um dos item abaixo:

a) assiduidade;

b) zelo pelo patrimônio público;

c) confidencialidade em relação às informações acessadas de terceiros;

d) autonomia da vontade;

e) domínio e certeza de que os termos acordados foram compreendidos pelas partes envolvidas;

f) bom desempenho no uso da língua portuguesa e habilidade na comunicação desenvolvida durante as audiências;

g) precisão no registro das atas de audiência de conciliação.

## DA FREQUÊNCIA, AVALIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

Art. 9º. Para aprovação no curso de Mediação Judicial é exigida:

I - frequência de 100% (cem por cento) da carga horária do Módulo Teórico (40 horas);

II - avaliação positiva nessa etapa (Art. 8º, inciso V deste edital);

III - cumprimento integral do Estágio Supervisionado (60 horas);

IV - nota mínima maior ou igual a 5,0 (cinco) em cada um dos critérios relacionados acima, bem como nota final maior ou igual a 7 (sete), correspondente à média aritmética simples das notas parciais.

Parágrafo único. Após o cumprimento das 60 (sessenta) horas, caberá ao instrutor apresentar relatório consolidado de conclusão do estágio supervisionado relativo a cada participante por ele acompanhado.

Art. 10. O certificado de Mediador Judicial será concedido pela EJUD/TJPI ao cursista que obtiver aprovação nos critérios de frequência e nota em cada etapa do curso.

## DO CUSTEIO E DAS SANÇÕES

Art. 11. O curso de Mediação Judicial será realizado sem ônus financeiro para os alunos, devendo estes se comprometerem à contraprestação por meio de serviço voluntário, realizando mediações e conciliações no Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, com uma média de 16 (dezesesseis) horas mensais, pelo período de, pelo menos, 12 (doze) meses após a conclusão do curso. Para tanto, após a certificação como Mediador Judicial, deve se inscrever no Cadastro Estadual de Conciliadores e Mediadores Judiciais do TJ/PI e firmar Termo de Compromisso com o NUPEMEC.

§1º. as despesas para realização do Estágio Supervisionado obrigatório e do serviço voluntário serão suportadas pelos participantes do curso.

§2º. ao término do serviço voluntário, o NUPEMEC emitirá certidão de comprovação do cumprimento dos 12 (doze) meses do trabalho voluntário de Mediador Judicial.

Art. 12. O servidor ou aluno do público externo que, injustificadamente, desistir do curso em qualquer uma das etapas, isto é, durante os módulos teórico e prático, ou não cumprir o tempo mínimo de um ano de serviço voluntário, descrito no artigo anterior, ficará sujeito:

I - à restituição dos custos despendidos pela Administração para a realização do curso, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), sendo que, no caso de servidor, o valor será descontado em folha e, no caso do público externo, o valor será devolvido ao Tribunal de Justiça por meio de procedimento a ser definido pela Administração;

II - ao impedimento de se inscrever em novos cursos de formação de conciliadores/mediadores promovidos pela EJUD e NUPEMEC, pelo período de 02 (dois) anos.

Parágrafo único. Para não incorrer nas sanções deste artigo, o aluno poderá solicitar o cancelamento de sua inscrição no prazo de dois (2) dias anteriores à data do início do curso para solicitar o cancelamento de sua inscrição, nos termos do art. 2º da Portaria nº 4101/2018 PJPI/TJPI/EJUD.

## DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. A certidão da atividade jurídica de Mediador Judicial será fornecida pelo NUPEMEC, mediante comprovação, com menção às datas e horários de início e término de suas atividades, do Mediador e do CEJUSC a que ele esteja vinculado.

Art. 14 Os casos omissos neste edital serão submetidos à deliberação da EJUD/TJPI e da Coordenação do NUPEMEC, que os apreciará no prazo de 10 (dez) dias mediante decisão irrecurável.

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é expedido o presente edital.

Publique-se.

Desembargador JOSÉ RIBAMAR OLIVEIRA

Diretor Geral da EJUD/TJPI

Desembargador PEDRO DE ALCÂNTARA MACÊDO

Supervisor do NUPEMEC/PI

ANEXO I

## FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome Completo: \_\_\_\_\_

Endereço: Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_

UF \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ Celular: R.G. \_\_\_\_\_ CPF: E-mail: \_\_\_\_\_ Data de

n a s c i m e n t o : \_\_\_\_\_ Nacionalidade: \_\_\_\_\_

Naturalidade: \_\_\_\_\_ Servidor ( ) Lotação: Público Externo ( ) Origem:

## ANEXO II

### FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

Nome Completo:

Profissão atual:



Grau de instrução:

Qual a sua disponibilidade para atuar como Mediador/Conciliador voluntário no CEJUSC?

5 vezes por semana ( )

4 vezes por semana ( )

3 vezes por semana ( )

2 vezes por semana ( )

1 vez por semana ( )

Em qual período poderia atuar?

Manhã ( )

Tarde ( )

Qualquer período ( )

Enumere os principais cursos de conciliação/ mediação que já realizou:

Quais são as suas expectativas em relação ao curso? O que você espera aprender?

Por que você decidiu fazer o curso? Quais são os seus objetivos?

De que maneira o exercício da sua atividade como conciliador e/ou mediador pode auxiliar a Política Pública de Tratamento Adequado de Conflitos instituída pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ (Resolução n. 125/2010) e desenvolvida pelos Tribunais?

No seu entender, qual a melhor solução para um conflito: a sentença ou um acordo?

ANEXO III

### DECLARAÇÃO DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO EDITAL

\_\_\_\_\_, declara que preenche integralmente as condições presentes neste Edital e dispõe de tempo para a prática do Estágio Supervisionado, que exige o cumprimento de, em média, 5 (cinco) horas mensais, bem como para a prestação de serviço voluntário ao Tribunal de Justiça do Estado do Piauí por, no mínimo, 12 (doze) meses, com 16 (dezesesseis) horas mensais na solução de conflitos, sem quaisquer ônus para a Administração Pública, após a conclusão do curso.

Teresina(PI), de \_\_\_\_\_ de 2023.

Assinatura do(a) Candidato(a)

### ANEXO IV

#### TERMO DE ADESÃO E COMPROMISSO DE SERVIÇO VOLUNTÁRIO

Nome \_\_\_\_\_

Estado civil \_\_\_\_\_

Profissão \_\_\_\_\_

Nacionalidade \_\_\_\_\_

Naturalidade \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_

CPF n.º \_\_\_\_\_

Carteira de identidade n.º \_\_\_\_\_,

Órgão expedidor \_\_\_\_\_

Pelo presente instrumento, formalizo adesão e compromisso em prestar, a contento, serviço voluntário, nos termos da Lei nº 9.608, 18 de janeiro de 1988, para atuar como Mediador/Conciliador Voluntário no Tribunal de Justiça do Piauí, por, no mínimo, 16 (dezesesseis) horas mensais, durante 12(doze) meses.

Teresina(PI), de de 2023.

Assinatura do(a) Candidato(a)

### ANEXO V

#### APENAS PARA O PÚBLICO INTERNO (SERVIDORES E AUXILIARES DA JUSTIÇA)

#### TERMO DE ANUÊNCIA DO SUPERIOR HIERÁRQUICO

\_\_\_\_\_, superior(a) hierárquico(a) do(a) servidor(a) , lotado(a) no(a) \_\_\_\_\_ estou ciente e de acordo que o(a) servidor(a) comparecerá ao Módulo Teórico do Curso de Mediação Judicial na EJUD/PI, em Teresina/PI, e que precisará e poderá dispor de 5 (cinco) horas mensais para realizar o Módulo Prático. Declaro também que autorizo o(a) servidor(a) a prestar serviço ao Tribunal de Justiça do Estado do Piauí por, no mínimo, 12 (doze) meses, com 16 (dezesesseis) horas mensais na solução de conflitos, sem quaisquer ônus para a Administração Pública, após a conclusão e certificação no curso.

Teresina(PI), de de 2023.

Assinatura do superior hierárquico

### ANEXO VI

#### DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS

\_\_\_\_\_, declara para os devidos fins que são autênticos os documentos apresentados para a inscrição do Curso de Mediação Judicial.

Teresina(PI), de de 2023.

Assinatura do(a) Candidato(a)

### ANEXO VII

#### DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE PRAZO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

\_\_\_\_\_, declara para os devidos fins que tenho Ciência do Prazo do Estágio Supervisionado.

Teresina(PI), de de 2023.

Assinatura do(a) Candidato(a)

### ANEXO VIII

#### CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Cronograma de previsão para o curso de Mediação/Conciliação na Comarca de Parnaíba - Pi	Datas previstas
Lançamento do Edital	17 de agosto de 2023
Período de inscrição	24 a 31 de agosto de 2023
Publicação da lista dos classificados para entrevista	06 de setembro de 2023
Entrevistas	12 e 13 de setembro de 2023
Publicação do resultado final da seleção	20 de setembro de 2023
Início das aulas	25 de setembro de 2023



Período do curso	25 a 29 de setembro de 2023
23.0.000074999-0	4448470v30

Criado por marinhothe, versão 30 por marinhothe em 04/08/2022

Documento assinado eletronicamente por **José Ribamar Oliveira, Diretor Geral da EJUD**, em 07/08/2023, às 16:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Pedro de Alcântara da Silva Macêdo, Presidente do NUPEMEC**, em 09/08/2023, às 09:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **4578181** e o código CRC **E5ED4885**.

## 9. PAUTA DE JULGAMENTO

### 9.1. Pauta de Julgamento - Plenário Virtual - Câmaras Reunidas Cíveis - 25/08/2023 a 01/09/2023

#### PAUTA DE JULGAMENTO

##### Câmaras Reunidas Cíveis

A **Secretaria Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí** torna pública a relação dos processos que serão apreciados em Sessão Ordinária do **Plenário Virtual** das **Câmaras Reunidas Cíveis** a ser realizada do dia **25 de Agosto de 2023**, a partir das **12h** até o dia **01 de Setembro de 2023** finalizando às **10h**. Os processos adiados ficam automaticamente incluídos na próxima pauta, independentemente de nova publicação.

##### INFORMAÇÕES GERAIS:

- Conforme preceitua o Provimento Nº 36/2022 - PJPI/TJPI/SECPRE, o representante do Ministério Público, os procuradores de órgãos públicos, os defensores públicos e os patronos das partes, poderão encaminhar por meio de petição de sustentação oral, até a **abertura da sessão**, sustentações orais em **áudio** ou **áudio e vídeo**, devendo observar, em qualquer caso, o tempo regimental e as especificações técnicas de formato, resolução e tamanho do PJe. Destaca-se que o interessado em juntar o arquivo de sustentação oral deverá utilizar o tipo de documento **"PETIÇÃO DE SUSTENTAÇÃO ORAL OU RETIRADA DE PAUTA"**;

- Informa-se que o interessado em juntar o arquivo de sustentação oral através de vídeo, deverá anexar o arquivo no formato **AVI** ou **MP4**, com tamanho máximo de **300mb**. Quanto ao arquivo de sustentação oral através de áudio, deverá ser observado o formato **MP3**, com tamanho máximo de **100mb**, seguindo assim as especificações técnicas exigidas pelo PJe;

- Em atenção aos termos dos §§ 6º, 7º e 8º do Art. 3º do Provimento Nº 36/2022 - PJPI/TJPI/SECPRE, o representante do Ministério Público, os procuradores de órgãos públicos, os defensores públicos e os patronos das partes, poderão requerer, até **24h** (vinte e quatro horas) antes do início da sessão, por meio de petição devidamente fundamentada e, desde que o referido pedido seja deferido pelo relator, o envio dos processos à pauta presencial. Ressalta-se que o peticionante deve utilizar o tipo de documento **"PETIÇÃO DE SUSTENTAÇÃO ORAL OU RETIRADA DE PAUTA"**.

- Não utilizado o tipo de documento correto, o pedido de retirada de pauta será considerado inexistente, nos termos do §8º do art. 3º do Provimento Nº 36/2022 - PJPI/TJPI/SECPRE.

##### **01. 0704608-95.2018.8.18.0000 - Ação Rescisória**

Autores: INSTITUTO DE TERRAS DO PIAUÍ - INTERPI e ESTADO DO PIAUÍ

Procuradoria-Geral do Estado do Piauí

Réus: CAEMA - COMPANHIA ALVORADA DE EMPREENDIMENTOS AGRÍCOLAS e outros

Advogado: Heleno de Queiroz Sampaio (OAB/CE nº 10.685)

**Relator: Des. José Wilson Ferreira de Araujo Junior**

##### **02. 0755757-62.2020.8.18.0000 - Embargos de Declaração na Ação Rescisória**

Origem: Teresina / 9ª Vara Cível

Embargante: IMOBILIÁRIA GARANTIA LTDA.

Advogado: Marcelo Sales de Moura (OAB/PI nº 4.926)

Embargados: OSVALDO PEREIRA DA SILVA e outra

Advogado: Raymsandreson de Moraes Prudêncio (OAB/PI nº 10.949)

**Relator: Des. Ricardo Gentil Eulálio Dantas**

**SECRETARIA JUDICIÁRIA**, em Teresina, 15 de Agosto de 2023

**Paula Meneses Costa**

Secretária Judiciária

### 9.2. Pauta de Julgamento - Plenário Virtual - 4ª Câmara de Direito Público - 25/08/2023 a 01/09/2023

#### PAUTA DE JULGAMENTO

##### 4ª Câmara de Direito Público

A **Secretaria Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí** torna pública a relação dos processos que serão apreciados em Sessão Ordinária do **Plenário Virtual da 4ª Câmara de Direito Público** a ser realizada do dia **25 de Agosto de 2023**, a partir das **12h** até o dia **01 de Setembro de 2023** finalizando às **10h**. Os processos adiados ficam automaticamente incluídos na próxima pauta, independentemente de nova publicação.

##### INFORMAÇÕES GERAIS:

- Conforme preceitua o Provimento Nº 36/2022 - PJPI/TJPI/SECPRE, o representante do Ministério Público, os procuradores de órgãos públicos, os defensores públicos e os patronos das partes, poderão encaminhar por meio de petição de sustentação oral, até a **abertura da sessão**, sustentações orais em **áudio** ou **áudio e vídeo**, devendo observar, em qualquer caso, o tempo regimental e as especificações técnicas de formato, resolução e tamanho do PJe. Destaca-se que o interessado em juntar o arquivo de sustentação oral deverá utilizar o **tipo de documento "PETIÇÃO DE SUSTENTAÇÃO ORAL OU RETIRADA DE PAUTA"**;

- Informa-se que o interessado em juntar o arquivo de sustentação oral através de vídeo, deverá anexar o arquivo no **formato AVI** ou **MP4**, com tamanho máximo de **300mb**. Quanto ao arquivo de sustentação oral através de áudio, deverá ser observado o formato **MP3**, com tamanho máximo de **100mb**, seguindo assim as especificações técnicas exigidas pelo PJe;

- Em atenção aos termos dos §§ 6º, 7º e 8º do Art. 3º do Provimento Nº 36/2022 -